

Eixo Temático ET-14-023 - Outros

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO CONTEXTO URBANO-REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Josenildo da Silva Martins

Prof. Assistente – Pref. Mun. de Extremoz/RN; Mestre em Geografia – DG/PPGe/UFRN; Especialista em Geografia do Semiárido e Educação Ambiental – IFRN/EAD/UAB; Graduado em Geografia – IFRN; E-mail: josenildomartins.forever@hotmail.com.

RESUMO

O trabalho em tela apresenta considerações teóricas para leituras de dinâmicas socioespaciais no contexto urbano-regional, abordando o desenvolvimento local sustentável em articulação com o contexto regional. O objetivo é articular as principais ideias teóricas nesta seara, de forma sistematizada. Dentre as técnicas de pesquisas que validam o trabalho científico, a metodologia deste artigo está pautada na pesquisa bibliográfica. Como considerações finais, de um lado, emerge a possibilidade de reflexão sobre o urbano-regional abordando a rede (urbana) como forma e materialidade espacial, de outro, emerge a ideia de que se deve superar a ideia de uniformização e padronização mundial dos estilos de vida e de desenvolvimento. Isso porque, a particularidade do desenvolvimento local sustentável vem à tona como possibilidade e não mais como utopia.

Palavras-chave: Dinâmicas socioespaciais; Urbano-Regional; Desenvolvimento Local Sustentável.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela trás considerações teóricas para leituras de dinâmicas socioespaciais no contexto urbano-regional e, na mesma linha de raciocínio, aborda o desenvolvimento local sustentável em articulação com o contexto regional. O objetivo é articular as ideias de forma sistematizada a partir de discussões teóricas. Este contributo é resultado de produções acadêmicas na disciplina Dinâmica e Produção do Espaço Urbano e Regional do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe/UFRN).

Para tanto, tem como base as obras: Estudos Sobre a Rede Urbana (CORRÊA, 2006); Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008); Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea (HAESBAERT, 2010); A Era da Informação: economia, sociedade e cultura - a sociedade em rede (CASTELLS, 1999); A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção e Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002; 2008, respectivamente); Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento (BUARQUE, 2002) e Desenvolvimento como Liberdade (SEN, 2000).

Dentre as técnicas de pesquisas que validam o trabalho científico, a metodologia deste artigo está pautada na pesquisa bibliográfica. Dessa forma, o desenvolvimento deu-se a partir desses materiais já elaborado (livros, artigos científicos) sendo, pois, que a principal vantagem do tipo de pesquisa bibliográfica em tela reside “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 65).

O trabalho encontra-se organizado em cinco partes. Além dessa primeira de ordem introdutória, a segunda apresenta a relação urbano-regional abordando a rede (urbana) como materialidade dessa relação e elucida a questão do sujeito social, tanto nessa relação como na configuração regional do arranjo espacial diante das mudanças sócio-político-econômicas recentes. A terceira aborda o desenvolvimento local sustentável em articulação com o contexto regional. A quarta apresenta as considerações do trabalho a partir das reflexões expostas. Por fim, na quinta parte, são disponibilizadas as referências bibliográficas que subsidiaram as reflexões.

A RELAÇÃO URBANO-REGIONAL: QUANDO A REDE (URBANA) ESTABELECE RELAÇÕES

O contexto urbano-regional está pautado na complexidade de modos e formas de organização socioespacial, sempre que se referir a um dado espaço (urbano) e seu entorno, com o qual o local mantém relações (regionais). Decorre de ideologias próprias às condições políticas, culturais e econômicas que são construídas em processo no tempo e no espaço.

Dessa forma, o contexto é animado por práticas sociais que conferem a realidade um quadro dinâmico e em constante (re) construção. Isso porque, as necessidades animam as relações sociais, o espaço e “as leis” de articulação e “ordem” deste, que configuram e conferem o conteúdo ao arranjo espacial.

A propósito desse arranjo, uma leitura direcionada para sua especificidade pode levar a apreensão de sua construção de forma heterogênea com dinâmicas diferentes. A própria dinâmica urbano-regional revela o arranjo no qual os conteúdos se dão com criação de áreas específicas para atividades também específicas.

Cria-se então espaços de produções especializadas, áreas de circulação, distribuição e destinos para consumo, configurando a totalidade espaço em áreas produtivas, de residência, especializadas e complexas.

No bojo dessas discussões, a rede urbana aparece como fio condutor e de materialização do processo urbano-regional, por ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Dessa forma, por meio desta rede “e da crescente rede de comunicação a ela vinculada, distintas regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial” (CORRÊA, 2006, p. 15).

Pensando assim, pergunta-se: como isso vai ser espacialmente organizado? Essa é uma questão geográfica por excelência. E, as respostas podem estar impregnadas em um arranjo espacial heterogêneo, fragmentado com significativa especialização de áreas (funcionais, por exemplo).

Pensando assim, pode-se dizer que a questão da rede (urbana), nessa discussão urbano-regional, é uma materialidade desse processo, uma forma espacial. Logo apresenta uma estrutura (complexa e heterogênea de lugar para lugar), desempenha funções em/na rede que se realizam em processo no tempo e no espaço e configura os arranjos das dinâmicas urbano-regional.

Para Corrêa (2006, p. 37), como forma espacial a rede urbana é “uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades”. Logo, infere-se que o urbano-regional ganha sua notoriedade e materialidades no espaço.

Dessa forma, é um processo também histórico. Por ser histórico, é também dinâmico e flexível. Isso é bem evidente na obra “Regiões de influências” do IBGE (2008) quando este aponta as permanências e as modificações registradas na rede urbana brasileira no início do Século XXI e procura ver “como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado” (SANTOS, 1999, p. 60).

Isso porque, na última década (2000), a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades.

Para tanto, o IBGE (2008, p. 11) apresenta uma hierarquia dos centros urbanos brasileiro que, grosso modo, se expressa respectivamente em Metrôpoles (principais centros urbanos), Capitais Regionais (com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrôpoles), Centro Sub-Regional (têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrôpoles nacionais), Centro de Zona (cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata) e, por fim, Centro Local (cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes).

No entanto, é mister salientar que se tem, pois, uma configuração do arranjo espacial com permanências e modificações registradas na rede urbana brasileira no início do Século XXI. Mas, não se quer dizer que nesta atual configuração os processos de produção, circulação, distribuição e consumo se deem obedecendo esta hierarquia. Isso porque, no período atual esse processo pode ser efetuado também no contexto local-global, sem necessariamente passar por essa hierarquia, tendo em vista a diversidade de arranjos espaciais criados no território brasileiro que tem conexões em escala global, decorrentes também das novas lógicas de divisão social do trabalho.

Natal, capital do Rio Grande do Norte, por exemplo, considerada Capital Regional (tipo A, 2A) (IBGE, 2008, p. 100), pode até ter capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrôpoles, segundo este órgão, no entanto, no quesito comercial mantém relações de exportações em sua pauta (têxtil, fruticultura irrigada) com a Europa, sem necessariamente passar pela hierarquia apresentada.

Mesmo assim, é de suma importância reconhecer o estudo sobre a rede urbana uma vez que reflexões sobre a malha tecida pode oferecer elementos para a compreensão da realidade tanto urbana, quanto urbano-regional. Isto porque, não é algo dado. É uma forma construída a partir de processos sociais, econômico, político e culturais que vão construindo funcionalidades e que ajuda a compreender o espaço e a dinâmica nele estabelecida. Dinâmica essa cada vez mais significada por densidades técnicas, científicas e informacionais que configura as materialidades no espaço.

Diante das reflexões antepostas, tem-se então perspectivas geográficas de compreender o espaço tanto na abordagem de produção deste, como de regionalização. E, nessa perspectiva, a rede pode viabilizar também o poder pela sua capacidade de gerenciar e planejar. Isso tem tudo haver com a discussão dos processos de regionalização. Em outras palavras:

É a sociedade nacional, (o Estado, grifo nosso), através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização (SANTOS, 1999, p. 217).

Dessa forma, este processo é afetado pela globalização tanto por meio de criações de dinâmicas urbano-regionais recentes, como de (re) funcionalização de áreas preexistentes que podem ser impostas, nesse contexto, tanto pelo Estado como pelas corporações globais. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço (SANTOS, 2008; CASTELLS, 1999).

Dito isto, em xeque se põe a questão do Ser. Ele não se perde no processo ao passo que nesse “mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais” (CASTELLS, 1999, p. 23). Situação que faz com que “em um mundo de fluxos globais de riquezas, poder e imagens, a busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social” (CASTELLS, 1999).

De certa forma, isto pode se materializar no espaço por meio, também, de identidades regionais expressando dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos sujeitos em grupos sociais. Nessa perspectiva, é interessante trazer à baila o contributo de Haesbaert (2010) que cumpre fundamental papel nessa reflexão.

Para ele, o entendimento de região esta pautado na ideia de considerá-la como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação e **região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais** (HAESBAERT, 2010).

Pensando assim, o autor considera a região como “artefato”,

não simplesmente como um “fato” (concreto), um “artifício” (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um “*artefato*” tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política (HAESBAERT, 2010, p. 109).

Dessa forma, “a região deve ser vista incorporando a multiplicidade e a complexidade de processos que marcam os arranjos espaciais contemporâneos” (HAESBAERT, 2010, p. 122), ao passo que este atual momento revela tendências e dinâmicas de diferenciação, coesão, (des) articulação, fragmentação, mobilidade, fixação, que configuram processos de fluxos e fixos nos arranjos espaciais.

Disto, tem-se que este autor também insere o **Ser** no processo. Seja pela sua produção identitária no contexto regional que tanto leva em consideração o campo da produção material quanto o das representações e símbolos. Tanto a dimensão da funcionalidade político-econômica quanto do vivido de base mais subjetiva.

ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM ARTICULAÇÕES COM O CONTEXTO REGIONAL

As reflexões antepostas revelam pressupostos que levam a afirmar a possibilidade de relações entre o urbano-regional por meio da rede urbana. De certa

forma, é nesse contexto que se pode verificar a materialidade da rede. O desafio, para o momento, é pensar o local sustentável articulado com a discussão regional tendo com fio condutor o desenvolvimento (sustentável).

Na proposta de Sen (2000), o entendimento de desenvolvimento sustentável perpassa a ideia de considerá-lo como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Pensando assim, a participação (social) é um elemento de liberdade essencial ao processo.

Este elemento é de extrema importância também na proposta de se construir um desenvolvimento local sustentável apresentada por Buarque (2002). Sendo que na obra deste, está participação é materializada enfaticamente no *planejamento estratégico participativo*, entendido com um “processo de tomada de decisões pela sociedade em relação ao futuro, envolvendo, portanto, escolha entre alternativas e definições de objetivos coletivos que orientam a ação” (BUARQUE, 2002, p. 81).

O desenvolvimento local sustentável, para Buarque (2002, p. 25) pode ser conceituado como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

No entanto, é de suma importância se ter claro que este desenvolvimento “está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da **coletividade**, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo” (*Ibid.*, p. 30, grifo nosso). Logo, a relação desenvolvimento local sustentável implica certa relação entre o local e o regional, a final o local não se realiza sozinho.

Nestas reflexões povoa a ideia de efetuação do desenvolvimento sustentável diante de relações em escalas endógena e exógena. Isso porque pressupõe uma realização endógena diante das condições dadas pelo contexto externo, exógeno.

Pensando assim, tem-se então que o desenvolvimento local não está isolado. Para realizar-se ele depende das potencialidades locais em relação às regionais. Mais ainda, o desenvolvimento local não significa o isolamento da localidade e seu distanciamento dos processos globais. Pelo contrário, “a abertura para os processos externos é um fator de propagação e estímulo à inovação local” (BUARQUE, 2002, p. 31). Até porque a liberdade de participar do intercâmbio econômico cumpre papel básico na vida social (SEN, 2000).

Pensando assim, há possibilidade de se pensar um desenvolvimento sustentável local, como proposto por Buarque (2002), sem perder de vista a relação intrínseca e necessária para realização deste, influenciado pelos fatores de ordem exógenas: regional. Mas que também pode ser nacional e/ou global.

Isso ocorre devido o processo global e informacional que caracteriza a atual sociedade na transição de um novo paradigma de desenvolvimento mundial no contexto da globalização enquanto processo.

Para Castells (1999),

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes [...] dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação [...] estão organizados em escala global, diretamente ou mediante

uma rede de conexões entre agentes econômicos (CASTELLS, 1999, p. 87).

O desenvolvimento local sustentável aparece nestas reflexões como a contraface deste processo pela valorização do local e da diversidade e como diferencial de qualidade e competitividade. Nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local sustentável diante deste contexto de concentração econômica, social e política (BUARQUE, 2002) e privações de liberdades.

Sendo o exame destas privações também essenciais para que se pense e se concretize o desenvolvimento local sustentável. São formas de privação de liberdade, segundo Sen (2000), essencialmente: fomes coletivas que negam a muitos a liberdade de sobreviver; pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada; educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social; e, desigualdades entre homens e mulheres que restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino.

Isso porque na tese deste autor a visão de desenvolvimento como liberdade perpassa e está contextualizada na adoção da visão de liberdade que “envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 2000, p. 31). Cumpre fundamental papel, então, a relação local-regional.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, dois fatos são mister pela sua relevância e implicam, necessariamente, em dois avanços particulares a cada um: o primeiro fato está expresso na possibilidade de reflexão sobre o urbano-regional abordando a rede (urbana) como forma e materialidade espacial. Como tal, cumpre fundamental importância por conferir mobilidade e dinâmica nos processos de integração, produção, circulação, distribuição e consumo no arranjo espacial enquanto totalidade.

O avanço deste se efetua na superação, já em curso, da visão meramente economicista deste arranjo quando se deve levar em consideração que a configuração e regionalização do arranjo espacial, por exemplo, é caracterizada pela prática social que anima as relações construídas e estabelecidas. Podendo está materializada, pois, no espaço por meio, também, de identidades regionais expressando dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos sujeitos em grupos sociais.

O segundo é traduzido no fato de que se deve cair sobre terra a ideia de uniformização e padronização mundial dos estilos de vida e de desenvolvimento. Ainda que a tendência seja essa, a particularidade do desenvolvimento local sustentável vem à tona como possibilidade e não mais como utopia. Isso devido a sua capacidade de viabilizar processos de desenvolvimento diferenciados no espaço, mas que mantém certa dinâmica e conexão do local em relação ao regional.

O avanço pode ser expresso, também, na possibilidade de se pensar este desenvolvimento como liberdade. Desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que as pessoas devem desfrutar, pelo qual se deva acabar com toda e qualquer privação de liberdade e pelo qual se deva superar a negligência das liberdades políticas e dos direitos civis da população.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra. 1999. v. 1.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.